



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

PORTARIA Nº 837 , DE 1.º DE agosto DE 2018.

Remove, a pedido singular, a partir de 1º de agosto de 2018, a Promotora de Justiça **DENISE SANKIEVICZ** da 1ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito do Gama para a 4ª Promotoria de Justiça Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Ceilândia.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n.º 75/93 e,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 217, de 30 de maio de 2016, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

CONSIDERANDO o disposto no art. 78 da Resolução n.º 205, de 25 de setembro de 2015, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que dispõe que a lotação decorrente dos resultados dos Avisos de Remoção será efetivada a partir do dia 1º de agosto, para os avisos publicados entre fevereiro e julho;

CONSIDERANDO o resultado do Aviso de Remoção Global de Promotoria n.º 01, de 28 de junho de 2018 (PA n.º 08191.068407/2018-83),

RESOLVE:

Art. 1º Remover, a pedido singular, a partir de 1º de agosto de 2018, a Promotora de Justiça **DENISE SANKIEVICZ** da 1ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito do Gama para a 4ª Promotoria de Justiça Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Ceilândia.

Art. 2º A Promotora de Justiça ficará responsável pelos feitos judiciais recebidos e extrajudiciais conclusos:

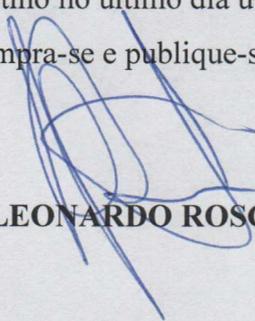
I - no ofício de origem, até o penúltimo dia útil que anteceder a efetivação da remoção;

Assinatura manuscrita em azul, localizada no canto inferior direito da página.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

II – no ofício de destino no último dia útil que anteceder a efetivação da remoção.
Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


LEONARDO ROSCOE BESSA